

MOVIMENTO PARA A DEMOCRACIA

MpD

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

Uma Visão que Une

Cabo Verde como Farol e Singapura do Atlântico

CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DO MPD

Paulo Veiga

Convenção Nacional do MpD • 2026

I. Apresentação da candidatura

“Todo novo começo vem do fim de algum outro começo.”

Sêneca

Caros militantes e amigos do MpD,

Apresento a minha candidatura à Presidência do Movimento para a Democracia com a consciência clara do momento que atravessamos e com a convicção firme de que este partido, o partido que abriu Cabo Verde à liberdade, tem a obrigação histórica de se reinventar para continuar a servir o país.

Faço-o com a clareza de quem não tem receio de nomear o tempo que vivemos, e com a convicção de que o primeiro gesto de respeito por um partido é dizer-lhe a verdade, mesmo quando essa verdade é exigente. E a verdade é que o MpD perdeu, em dois ciclos eleitorais consecutivos, a confiança de uma parte significativa dos cabo-verdianos. Esse facto não é apenas um resultado estatístico: é uma mensagem que o Povo nos enviou com clareza e que temos a obrigação moral e política de ler, compreender e responder.

Candidato-me porque acredito que este partido tem futuro, mas que esse futuro exige uma transformação corajosa e uma visão que una, não uma cosmética partidária. Exige rever a nossa forma de nos organizarmos, de comunicarmos, de escolhermos as nossas lideranças e de nos relacionarmos com os cabo-verdianos. Exige, acima de tudo, voltar às raízes: ao partido centrista, cívico e humanista que nasceu em 14 de março de 1990 com a força de quem não pedia permissão para mudar a história.

Esta moção é o meu programa. É a minha Visão para o partido e para o país. Não é um documento de campanha, é um compromisso com os militantes, com os cabo-verdianos e com a democracia que todos juramos defender.

Cabo Verde como Farol do Atlântico, e como a Singapura do Atlântico. Um país que serve de referência democrática e civilizacional a toda uma região. Um país que transforma a sua posição geográfica em vantagem estratégica. Um país que prova que é possível ser pequeno em território e imenso em ambição.

Esse é o horizonte que proponho. Essa é a Visão que defendo. e é a partir dessa Visão, e não a partir do calendário eleitoral, que tudo o resto deve ser construído.

II. Diagnóstico: a hora da verdade

“Um partido que não tem a coragem de se olhar ao espelho perde o direito de pedir aos outros que nele se revejam.”

Paulo Veiga

O que os resultados nos dizem

Qualquer diagnóstico honesto começa pelos factos. E os factos das últimas eleições são demasiado claros para serem ignorados, demasiado consistentes para serem acidente, e demasiado sérios para serem minimizados. Os resultados das autárquicas de 2024 e das legislativas de maio de 2026 não foram acidentes de percurso, foram sinais de um problema estrutural que existia antes deles e que continuará a existir depois deles, se não tivermos a coragem de os enfrentar com honestidade.

Em 2016, o MpD obteve cerca de 123 000 votos nas legislativas e formou governo. Em 2021, obteve cerca de 110 000, o que correspondeu a uma maioria absoluta. Em 2026, obteve cerca de 84.000, uma queda de aproximadamente 39.000 votos em dez anos, ao longo de uma trajetória descendente que atravessou contextos completamente diferentes. Essa consistência afasta qualquer explicação meramente conjuntural: não foi só o custo de vida, não foi só a crise pós-pandémica. Foi uma tendência.

Pela primeira vez em democracia, o MpD não é o maior partido autárquico e perde as legislativas, com o adversário a crescer de forma apenas residual. A abstenção foi a mais alta de sempre, 53,4%. E foi essa abstenção que nos derrotou. Ela diz-nos que não foi apenas uma parte do Povo a pedir mudança, foi todo um outro Povo a dizer que não confiava nas nossas propostas. Esse é o sinal mais preocupante de todos.

Quando metade dos eleitores decide não votar, não estamos perante um problema de comunicação política. Estamos perante uma crise de confiança democrática, e essa crise começa por nós.

Do outro lado, o PAICV obteve cerca de 86.000 votos em 2016, 87.000 em 2021 e 90.000 em 2026. Uma estabilidade impressionante: em dez anos, cresceu aproximadamente 4.000 votos. O que significa, com uma aritmética que deve perturbar-nos a todos: o PAICV não ganhou estas eleições, o MpD perdeu-as.

Os cerca de 39.000 votos que o MpD perdeu não migraram para o PAICV. Ficaram em casa. E não ficaram apenas os nossos antigos votantes: neste período chegaram ao eleitorado cerca de 68.000 novos recenseados, cidadãos inscritos pela primeira vez, e a esmagadora maioria também optou pela abstenção. O MpD não foi capaz de os atrair. A conclusão é tão simples quanto assustadora: temos mais eleitores e menos votos. Isso chama-se derrota.

Seria fácil atribuir tudo à conjuntura internacional ou ao custo de vida, e seria errado. Os cabo-verdianos avaliaram dez anos de governação e decidiram que queriam mudar. Essa decisão merece o nosso respeito e a nossa reflexão, não a nossa racionalização.

Perdemos para a abstenção, não para o adversário

Esta é a conclusão que toda a análise honesta impõe, a batalha do MpD não se perdeu no confronto com o PAICV. Perdeu-se no confronto com a indiferença, com a desilusão e com o distanciamento. A abstenção de 53,4%, a mais alta da história democrática de Cabo Verde, não é uma percentagem abstrata. São pessoas, são famílias, são muitos que já votaram MpD e decidiram que não valia a pena voltar. E são outros que chegaram à maioria política e não encontraram razão para participar.

Enquanto o MpD perdia cerca de 39.000 votos, a abstenção subia para níveis históricos. A correlação é demasiado forte para ser ignorada. Quando um partido deixa de estar presente no quotidiano das pessoas, quando a distância entre a liderança e a base cresce a ponto de se tornar invisível, os eleitores muitas vezes não mudam de partido: simplesmente deixam de votar.

O PAICV não seduziu os nossos votantes. Fomos nós que os afastámos. Essa distinção não é semântica, é estratégica, e muda tudo.

O divórcio com o Povo

O que os resultados de 2024 e 2026 revelam é um afastamento progressivo entre o MpD e uma parte significativa da sociedade cabo-verdiana. Um divórcio que não aconteceu de um dia para o outro, mas que se foi construindo ao longo de anos: de ausências no terreno, de uma linguagem cada vez mais técnica e menos humana, de uma governação que produziu resultados nos indicadores mas que foi perdendo a capacidade de chegar ao coração das famílias.

O Povo sentiu que o partido cresceu institucionalmente, mas que esse crescimento não chegou à sua mesa, às suas casas e aos seus sonhos. Sentiu que os números macroeconómicos eram reais, mas que a distância entre a economia dos relatórios e a economia das famílias continuava demasiado grande. Sentiu que havia planos para Cabo Verde, mas que faltava quem o ouvisse na sua ilha, na sua rua, no seu problema concreto.

Não se pode governar, nem liderar um partido, sem sentir o pulso do Povo. E se o Povo nos diz, nas urnas, ou no silêncio das urnas, que nos afastámos, temos de ter a humildade de acreditar nele antes de olhar para qualquer outro indicador.

A estratégia: trazer a Família de volta

O diagnóstico define a estratégia. Se perdemos para a abstenção e não para o adversário, então a solução não é perseguir eleitores do PAICV com propostas que os convençam a mudar de campo. Essa batalha é difícil, marginal, e distrai-nos da verdadeira oportunidade. E a verdadeira oportunidade está em três segmentos que nenhum outro partido consegue trabalhar tão bem quanto nós, porque são nossos.

O primeiro segmento são os que sempre foram da família e deixaram de votar: os antigos votantes do MpD que, eleição após eleição, foram ficando em casa. São dezenas de milhares de pessoas que não abandonaram os valores do MpD, abandonaram a confiança de que o MpD ainda os representava. Reconquistar essa confiança é possível. Exige presença, humildade e escuta. Exige provar, com atos e não com discursos, que o partido voltou.

O segundo segmento são os novos eleitores: os mais de 68.000 que chegaram ao recenseamento e não encontraram no MpD uma razão para participar. São jovens que cresceram na democracia que o MpD fundou, mas que nunca viveram uma relação direta com um partido presente no seu dia-a-dia. Para eles, o partido tem de se reinventar: falar a sua linguagem, estar nos seus espaços, propor um futuro que faça sentido para as suas vidas.

O terceiro segmento são os cidadãos sem partido: pessoas que nunca foram militantes de ninguém, que votam por convicção ou não votam de todo, e que representam uma faixa crescente da sociedade. São pessoas com valores compatíveis com os nossos, a liberdade, o mérito, o Estado de Direito, a abertura económica, mas que não se reveem num partido fechado sobre si mesmo. Para elas, é fundamental um MpD aberto à sociedade e comprometido com o interesse público.

Não precisamos de roubar eleitores ao adversário. Precisamos de trazer de volta quem sempre foi da nossa família, e de abrir a casa a quem ainda não entrou mas sempre foi bem-vindo.

A abstenção como alerta civilizacional

Uma abstenção de 53,4% não é apenas um problema eleitoral: é um alerta sobre o estado da nossa democracia. Uma democracia em que mais de metade dos eleitores decide não participar está a revelar uma crise de confiança que vai muito além dos partidos.

Como partido que fundou a democracia cabo-verdiana, em 1990, e consagrada nas primeiras eleições livres de 1991, o MpD tem uma responsabilidade especial na reconstrução dessa confiança. Não podemos ser apenas uma máquina eleitoral que acorda nos anos de campanha. Temos de ser, novamente e com mais força do que nunca, uma força cívica permanente: presente todos os dias, em todas as ilhas, junto de todos os cabo-verdianos.

III. O momento histórico de Cabo Verde

“Os impérios do futuro serão construídos na mente.”

Winston Churchill

Um mundo em transformação

Vivemos num tempo que os historiadores do futuro talvez descrevam como a Era da Grande Fragmentação. O mundo entrou em 2026 mais fragmentado, mais imprevisível e mais tenso do que em qualquer outro momento das últimas décadas. As guerras na Europa e no Médio Oriente não são apenas conflitos distantes: são sismos que alteram as rotas do comércio internacional e testam a resiliência das democracias liberais.

Neste contexto, a nossa bússola deve ser firme: um Cabo Verde que está ao lado das democracias. Não por conveniência, mas por convicção. A nossa história de liberdade, conquistada na transição democrática de 1990 e consagrada nas urnas em 1991, obriga-nos a uma clareza moral que não pode ser negociada em nome de nenhuma conveniência geopolítica.

A herança dos dez anos de governo

Seria desonesto não reconhecer o que foi feito. Ao longo da última década, Cabo Verde construiu bases estruturais importantes: o sistema de qualificação profissional, que mais do que triplicou o número de beneficiários; a cobertura de saúde, alargada com uma rede de telemedicina; o turismo, que deixou de ser um fenómeno concentrado para ganhar dimensão verdadeiramente nacional; e a mortalidade materna, com uma redução expressiva.

E reconhecer os avanços estruturais não nos pode impedir de reconhecer igualmente as insuficiências. Para muitas famílias que continuam a enfrentar dificuldades concretas, para muitos jovens que ainda procuram a primeira oportunidade, o país pode parecer ainda distante do seu potencial. Foi esse intervalo, entre o que se anunciava e o que se vivia, que os cabo-verdianos avaliaram nas urnas.

Cabo Verde: Farol do Atlântico

Há uma imagem que define a nossa Visão de país: a imagem do Farol. Um farol não existe para si próprio, existe para orientar quem navega. Existe para dizer “estamos aqui”, “o caminho é este”, “não há razão para temer o mar”. É exatamente esse o papel que Cabo Verde pode e deve desempenhar no Atlântico, em África e no mundo lusófono.

Cabo Verde como Farol significa ser uma referência de democracia num continente onde ela ainda é frágil. Significa ser um modelo de governação transparente, de Estado de Direito e de liberdade, num mundo em que esses valores estão sob pressão.

Não somos pequenos. Somos uma nação que habita mais de 734 000 km² de oceano Atlântico. Somos um povo que não bordeja o oceano, somos o oceano. Não há nada de pequeno em nós: nem na nossa geografia oceânica, nem na nossa responsabilidade histórica, nem na nossa Visão.

A Singapura do Atlântico: a grande Visão transformadora

Quando Lee Kuan Yew transformou Singapura, não partiu de recursos naturais, partiu de uma Visão. Uma ilha pequena, sem petróleo, sem matérias-primas, tornou-se uma das economias mais prósperas e respeitadas do mundo. Fê-lo apostando no que tinha: uma posição geográfica, capital humano, Estado de Direito, abertura ao mundo e uma liderança com visão de longo prazo.

Cabo Verde tem os mesmos ingredientes. Uma posição única no cruzamento do Atlântico Norte e Sul. Um povo educado e globalmente conectado através da diáspora. Uma democracia sólida. Estabilidade numa região marcada pela instabilidade. O que lhe falta não são recursos, é a coragem de ter uma Visão à altura do que é possível.

A Visão do MpD é transformar Cabo Verde na Singapura do Atlântico: um hub de excelência para o comércio, as finanças, a logística, a tecnologia e o turismo de qualidade, construído sobre os pilares da democracia, da abertura económica e do mérito.

Esta não é uma metáfora, é um programa. É a ambição de colocar Cabo Verde entre os países de referência do Atlântico. É a convicção de que o nosso tamanho nunca foi uma limitação, mas sempre uma oportunidade de sermos mais ágeis, mais coerentes e mais determinados do que países maiores e mais lentos.

Importa ser explícito sobre o que significa esta referência, porque a honestidade intelectual exige que se diga não apenas o que se inspira, mas também o que se recusa.

Lee Kuan Yew construiu uma das maiores transformações económicas da história moderna. Em três décadas, converteu um porto sem recursos numa das economias mais competitivas do mundo, com um dos sistemas de saúde mais eficazes, com as instituições públicas mais rigorosas e com um nível de vida que rivaliza com os países mais desenvolvidos do planeta. O que Singapura provou ao mundo é uma verdade que interessa profundamente a Cabo Verde: o tamanho de um território não determina o destino de uma nação. O que determina o destino é a qualidade das instituições, a aposta implacável no capital humano, a integridade no serviço público e a coragem de ter uma visão de longo prazo e de a cumprir com disciplina.

É essa lição que adotamos. A visão estratégica de décadas, não de legislaturas. A cultura de mérito onde os melhores servem o Estado, não os mais convenientes. A abertura radical ao investimento e ao talento, venham de onde vierem. A exigência de que cada escudo público seja gasto com responsabilidade e com impacto mensurável. A obsessão pela educação como fundamento de tudo o resto.

O que rejeitamos, de forma igualmente explícita, é o modelo político. Singapura foi construída com mão de ferro, com restrições às liberdades civis, com imprensa controlada e com um sistema que não tolerava a dissidência. Para o MpD, esse caminho não existe e nunca existirá. Somos o partido que fundou a democracia em Cabo Verde, que exigiu eleições livres quando era mais fácil calar, que construiu trinta e seis anos de alternância pacífica e de respeito pelas instituições. A nossa Singapura será construída com votos livres, com liberdade de imprensa, com oposição respeitada e com o povo como árbitro permanente. Não há prosperidade que valha a liberdade. Não há crescimento económico que justifique a erosão do Estado de Direito.

Cabo Verde tem, aliás, uma vantagem que Singapura nunca teve: uma democracia consolidada como ponto de partida. Construir a prosperidade de Singapura sem abdicar da democracia de que nos orgulhamos, esta é a ambição específica e irrepetível que só Cabo Verde pode ter. É mais difícil. É também muito mais valiosa. E é exactamente o que propomos.

IV. Devolver o MpD a todos os militantes

“Um partido sem militantes é uma máquina sem motor. Um partido sem raízes é uma árvore sem terra.”

Paulo Veiga

Devolver o MpD a todos os militantes não é uma intenção vazia, é uma necessidade real que os resultados eleitorais tornaram incontornável. O que se impõe não é uma cosmética, é uma transformação a partir das raízes, com uma visão que une e não que divide.

Os números que vimos no diagnóstico não deixam alternativa: uma base eleitoral a encolher enquanto o eleitorado cresce, e a mais alta abstenção da nossa história democrática. Isso não é uma falha de comunicação, é uma crise de confiança que exige uma resposta estrutural. E essa resposta começa dentro de casa.

A democracia interna não é uma questão técnica ou estatutária. É a condição moral de qualquer partido que se apresente ao povo com propostas de democratização do Estado. Um partido que pede confiança aos cidadãos tem de começar por merecer a confiança dos seus próprios militantes. Não se pode defender a participação cívica e sufocar a participação interna. Esta coerência, entre o que defendemos e o que praticamos, é o primeiro teste de

credibilidade desta candidatura, e é nesse espírito que foram concebidas as propostas que se seguem.

1. Descentralização: devolver o partido às suas estruturas

A centralização excessiva das decisões na liderança nacional afastou o partido das suas raízes. Durante demasiado tempo, as concelhias perderam capacidade de intervenção real e os órgãos do partido viram os seus poderes esvaziados na prática. Esta tendência tem de ser revertida, com urgência e com alterações concretas aos estatutos. Proponho uma revisão estatutária com o objetivo explícito de devolver autonomia e poder de decisão real às estruturas locais. A Direção Nacional coordena, inspira e define a visão estratégica, mas não substitui as concelhias na sua relação de proximidade com os militantes e as comunidades. Um partido forte é um partido descentralizado, onde cada estrutura local se sente parte da decisão e não apenas executora de ordens vindas do centro.

2. Democracia interna e participação dos militantes

Um partido que defende a democracia no país tem de praticá-la com exemplaridade dentro das suas estruturas. Isso significa eleições internas transparentes e regulares a todos os níveis, mecanismos de participação efetiva dos militantes nas decisões estratégicas, e uma cultura de debate plural em que a discordância seja tratada como riqueza e não como ameaça. A Comissão Política deve retomar o seu papel de motor da vida interna, espaço de reflexão estratégica, de debate substantivo e de coesão programática, e não apenas de órgão de ratificação de decisões já tomadas. Proponho ainda a introdução da votação eletrónica nas consultas e decisões internas: o que defendemos para Cabo Verde, modernização, transparência, participação digital, temos a obrigação de aplicar primeiro em casa.

3. Base de dados dos militantes e comunicação digital

O MpD não pode continuar a operar sem uma base de dados de militantes certificada, segura, atualizada e acessível. Não é uma questão administrativa: é a espinha dorsal de qualquer organização política moderna. Permite saber quem somos, onde estamos e o que pensamos, e comunicar de forma dirigida, eficaz e respeitosa com cada militante. A esse investimento deve associar-se a construção de novos canais digitais de comunicação interna, plataformas para partilhar documentos, consultar militantes, lançar debates e criar uma interação genuína entre as bases e a liderança. Atrair novos militantes, quando dezenas de milhares de novos cidadãos se recensearam, é também um problema de acessibilidade e de visibilidade digital. Temos de estar onde as pessoas estão.

4. O “porta a porta” digital

A tradição do contacto direto, o “porta a porta” que sempre caracterizou a política de proximidade, tem de ser reinventada para a era digital. Proponho transformá-la numa

versão tecnológica que permita ao partido estar presente na vida dos militantes e dos cidadãos a qualquer hora, em qualquer ilha, em qualquer parte do mundo. Isto não substitui o contacto humano: multiplica-o. Uma presença digital ativa, com conteúdo relevante e interação genuína, pode compensar a distância geográfica e aproximar lideranças e bases num arquipélago onde o mar divide mas a tecnologia pode unir.

5. Abertura à sociedade e presença permanente no terreno

O MpD precisa de voltar ao terreno, não apenas nas vésperas das eleições, mas de forma permanente e genuína. Precisamos de ser o partido que está presente quando há um problema de saneamento numa ilha, quando uma família precisa de orientação, quando uma comunidade precisa de voz. A política começa na proximidade, e a confiança constrói-se no quotidiano. Devolver o partido aos militantes significa também abri-lo à sociedade: um partido que escuta, que consulta, que integra a sociedade civil nas suas reflexões. Uma organização fechada sobre si mesma perde a capacidade de ler a realidade, e de responder perante ela.

6. Novas lideranças

O MpD do futuro precisa de líderes que falem a linguagem da juventude cabo-verdiana, que compreendam o mundo digital, que representem a diversidade das ilhas e da diáspora, e que carreguem os valores fundadores com a autenticidade de quem os internalizou, e não apenas de quem os recita.

7. Comunicação com substância

A era das mensagens vazias terminou. Os cabo-verdianos exigem clareza, profundidade e honestidade. O MpD deve ser o partido que explica o que faz, admite o que errou e apresenta propostas concretas para problemas reais. Uma comunicação que privilegia o espetáculo em detrimento da substância não serve a democracia, e não serve o MpD.

8. Formação política e partidária

Proponho criar uma escola de formação do MpD, com programas regulares para militantes, dirigentes e eleitos. Um partido que investe na formação dos seus quadros governa melhor, comunica com mais clareza e resiste à erosão dos valores. A formação política não é um luxo: é uma necessidade estrutural de qualquer partido que aspire a liderar um país.

9. Carta dos Direitos dos Militantes

Proponho a elaboração e aprovação de uma Carta dos Direitos dos Militantes do MpD, um documento que estabeleça, de forma clara e vinculativa, os direitos de participação, de informação, de contestação e de representação de cada militante no interior do partido. Não é apenas um instrumento jurídico: é um compromisso político. É a declaração de que o

MpD acredita nos seus militantes, os respeita e os reconhece como a sua principal fonte de legitimidade. Um partido que garante direitos formais aos seus militantes pratica internamente o que defende externamente, e esse exemplo tem um valor que nenhuma comunicação consegue substituir.

10. A democracia interna como projeto político

Há uma coerência que os cidadãos exigem antes de qualquer programa eleitoral: que o partido seja, internamente, aquilo que propõe ser externamente. Que pratique a transparência que defende no Estado. Que garanta a participação que reivindica para a sociedade. Que respeite os seus militantes com a mesma exigência com que pede ao povo que o respeite.

A democracia interna não é um capítulo de um programa, é a prova de que o programa é verdadeiro. Um partido que se governa com integridade é um partido que governa o país com integridade. E os cabo-verdianos, com a sua sabedoria silenciosa, sabem-no. Foi por isso que muitos ficaram em casa em maio de 2026: não porque escolheram o adversário, mas porque esperavam por algo diferente e não o encontraram. Esta moção é a resposta a essa espera.

V. A Visão para Cabo Verde: os pilares estratégicos

“Se somos poucos, sejamos imensos na ambição. Se somos frágeis, sejamos grandes no sonho.”

Paulo Veiga

O MpD não é apenas um partido, é uma Visão de país. E antes de apresentar os pilares dessa Visão, importa clarificar a arquitetura das ideias que os sustenta, porque uma visão sem hierarquia interna é uma lista de intenções, não um programa.

O conceito central desta moção é o Farol. Não porque seja a imagem mais técnica ou a mais elaborada, mas porque é a mais verdadeira. Um farol não existe para si próprio. Não ilumina para ser admirado. Ilumina porque há navios no oceano que precisam de orientação, porque há famílias à espera de quem regressa, porque há uma função de serviço que não pode falhar, seja de noite, seja em tempo de tempestade. Cabo Verde como Farol do Atlântico é a afirmação de que este arquipélago existe para ser útil, ao seu povo em primeiro lugar, e ao mundo em seguida. É um conceito identitário, emocional e inclusivo que não pertence a nenhuma escola económica, que não divide gerações nem ilhas, e que qualquer cabo-verdiano reconhece como seu.

Dentro dessa Visão maior, a Singapura do Atlântico é a nossa ambição económica, um dos conteúdos concretos do Farol, não o seu substituto. Singapura não é a metáfora da nação, é o modelo de transformação económica que propomos adoptar, com as adaptações que a

nossa democracia, a nossa cultura e a nossa história exigem. O Farol orienta, a Singapura constrói. O Farol diz quem somos, a Singapura diz o que vamos fazer com o que somos.

Existe ainda um terceiro registo, o de Grande Nação Oceânica. Este é o vocabulário que usamos nos fóruns internacionais, nas negociações climáticas, na política externa e na diplomacia multilateral. É a recusa da narrativa de pequeno estado vulnerável e a afirmação de que os 734 000 km² de Zona Económica Exclusiva que Cabo Verde administra nos colocam entre as nações com maior responsabilidade e maior oportunidade no oceano. Os três conceitos não competem. Complementam-se, cada um no seu registo: emocional, económico e diplomático.

Há uma distinção que é preciso fazer com clareza, não porque fragilize esta moção, mas porque a fortalece. O Presidente do MpD não é o Primeiro-Ministro de Cabo Verde. Tem mandatos diferentes, instrumentos diferentes e responsabilidades diferentes. Confundir os dois seria desonesto para com os militantes que esta moção quer servir.

O que me comprometo a entregar como Presidente do MpD está detalhado na Parte IV deste documento, as nove propostas de reforma interna, a democracia participativa, a reconexão com a base, a renovação das lideranças intermédias, a carta dos direitos dos militantes. Esses são os entregáveis do meu mandato presidencial. São concretos, são mensuráveis e são da inteira responsabilidade do Presidente do partido.

A Visão para Cabo Verde que se apresenta nos seis pilares que se seguem é diferente na sua natureza. Não é o meu programa de governo, porque não sou candidato ao governo. É o horizonte estratégico que o MpD levará ao povo quando for chamado a governar, e que construiremos colectivamente com os militantes, com os especialistas, com a diáspora e com os cabo-verdianos de todas as ilhas. Apresento-o como convicção e como direcção, não como decreto ou promessa de execução imediata. Um partido que chega ao governo com uma visão clara de país é um partido que governa com propósito. Um partido que chega sem ela improvisa, e a improvisação, como os últimos anos nos ensinaram, tem custos que as famílias pagam.

Esta honestidade não é fraqueza. É a prova de que esta candidatura trata os militantes como adultos, capazes de distinguir o que é responsabilidade presidencial do que é vocação nacional. Peço o vosso mandato para reformar o partido. E proponho, em conjunto, a Visão que esse partido reformado levará a Cabo Verde.

Pilar I, Estado de Direito e Democracia

A democracia não é uma conquista definitiva: é uma responsabilidade quotidiana. O MpD defende a independência plena do poder judicial, o reforço das instituições de controlo democrático, a liberdade de imprensa e a transparência na gestão pública. Não são posições

negociáveis, são a nossa identidade. A confiança nas instituições, esse cimento invisível que sustenta a democracia, não pode ser entregue ao desgaste nem à manipulação.

Pilar II, Economia: a Visão da Singapura do Atlântico

A Singapura do Atlântico não é uma fantasia: é um programa económico. Cabo Verde, no cruzamento dos grandes fluxos do Atlântico, pode aspirar a ser um hub de excelência, a uma escala própria e com identidade própria. Isso implica abandonar uma economia de sobrevivência e construir, deliberadamente, uma economia de oportunidade.

- › Hub atlântico de excelência: serviços financeiros internacionais, logística e conectividade, turismo de alto valor acrescentado, economia digital e tecnológica.
- › Competitividade e empreendedorismo: simplificação administrativa radical, ambiente de negócios de classe mundial, apoio ao empreendedorismo jovem.
- › Crescimento inclusivo: o crescimento só tem sentido se chegar a todas as ilhas e a todas as famílias. A justiça social não é o oposto da competitividade, é a sua condição.

Uma visão económica que não se traduz em consequências concretas para a vida das famílias não é uma visão, é um relatório. E o diagnóstico que fizemos na Parte II deste documento é claro: uma das razões pelas quais o MpD perdeu a ligação a uma parte da sociedade cabo-verdiana foi precisamente esta, que os números macroeconómicos eram reais, mas não chegavam à mesa das famílias. Não podemos repetir o mesmo erro na própria moção que propõe corrigi-lo.

Por isso, a Singapura do Atlântico precisa de ser traduzida em linguagem humana. O hub logístico de excelência significa que os produtos chegam mais rapidamente e mais baratos a todas as ilhas, incluindo às que hoje pagam um custo de isolamento que não têm culpa de suportar. A simplificação administrativa radical significa que um pequeno empresário de São Nicolau ou do interior de Santiago consegue abrir o seu negócio sem meses de burocracia, sem deslocações à Praia, sem depender de conhecimentos que não tem. Os serviços financeiros internacionais significam que o crédito chega a quem tem projetos e competência, não apenas a quem tem proximidade ao poder.

A aposta no capital humano como pilar económico significa que o jovem cabo-verdiano que hoje sente que tem de emigrar para encontrar um futuro digno passa a ter razões concretas para ficar, ou para regressar. Significa que a filha de um pescador do Fogo pode tornar-se engenheira de biotecnologia marinha em Cabo Verde, não em Lisboa ou em Boston. Significa que a experiência da diáspora, acumulada em décadas de emigração, volta a ter um lugar neste país, num ciclo virtuoso em que quem saiu contribui para que os que ficam não precisem de sair.

A Singapura do Atlântico mede-se primeiro nas famílias, só depois nos indicadores. Mede-se no custo de vida que estabiliza porque a produtividade cresceu. Mede-se no jovem que encontra emprego na sua ilha. Mede-se na pensionista que acede aos serviços públicos digitalmente, sem filas, sem intermediários. Mede-se na mulher empreendedora que acede ao microcrédito e escala o seu negócio. O crescimento económico sem distribuição é um número numa folha de cálculo. O crescimento com distribuição é uma transformação de vidas. É isto que propomos, e é com esta exigência que nos comprometemos a avaliar cada política que defendermos.

Pilar III, Educação, Ciência e Inovação

Num país sem recursos naturais abundantes, o talento humano é o único recurso infinito. A Visão do MpD para a educação implica a universalização, com qualidade, da educação pré-escolar; a reforma profunda dos currículos para incorporar o pensamento crítico e a literacia digital; e a ligação real entre a qualificação profissional e as necessidades do mercado de trabalho.

Pilar IV, O Oceano como Destino Estratégico

Um farol existe para orientar quem navega no oceano, e é do oceano que vem a nossa maior oportunidade estratégica. A Visão de Cabo Verde como Grande Estado Oceânico (Big Ocean State) é uma agenda política concreta para transformar os mais de 700 000 km² da nossa Zona Económica Exclusiva num ativo real da economia nacional. A Singapura do Atlântico e o Farol do Atlântico convergem aqui: um país que governa o seu oceano com inteligência, que protege os seus recursos com rigor, e que lidera pelo exemplo na defesa de um bem que pertence à humanidade inteira.

Pilar V, Juventude e Mulher como Estratégia Nacional

Com uma população maioritariamente em idade ativa, Cabo Verde tem na sua juventude a maior oportunidade estratégica. Mas a juventude não é um ativo automático: é um ativo que exige investimento deliberado. O desemprego jovem, a concentração de oportunidades nas ilhas maiores e a fuga de talento para o exterior exigem uma estratégia nacional coerente. E Cabo Verde não pode crescer integralmente sem que a mulher ocupe o lugar que a história e a justiça lhe reservam. A igualdade real, no trabalho, na política, na educação, na segurança, não é apenas uma questão de justiça: é uma questão de desenvolvimento.

Pilar VI, Diáspora: o quinto eixo do desenvolvimento

A diáspora cabo-verdiana já não é apenas força de trabalho emigrada: é, cada vez mais, uma comunidade de conhecimento, inovação e influência. As remessas representam entre 10% e 15% do PIB, mas o seu contributo potencial vai muito além dos fluxos financeiros. A diáspora não é uma perda, é uma extensão do país.

VI. O Candidato

“A liderança é a capacidade de transformar a visão em realidade.”

Warren Bennis

Apresento-me como candidato à Presidência do MpD não porque acredite ter todas as respostas, mas porque acredito ter as perguntas certas, e que essas perguntas, feitas com honestidade e respondidas com trabalho, podem guiar este partido de volta à confiança que os cabo-verdianos lhe retiraram.

Trago para esta candidatura a experiência de quem viveu a política cabo-verdiana de perto, a Visão de quem pensou Cabo Verde nos seus contextos mais alargados, regional, atlântico, global, e o compromisso inabalável com os valores que fundaram este partido: democracia, liberdade e humanismo.

Liderar o MpD neste momento exige três qualidades que me proponho demonstrar: coragem para dizer a verdade, mesmo quando é desconfortável; humildade para ouvir, mesmo quando discordamos; e determinação para construir, mesmo quando o caminho é longo.

Não prometo que será fácil. Prometo que será honesto.

VII. Conclusão: o MpD que Cabo Verde precisa

“Nunca será o tamanho do país; será sempre o tamanho do sonho.”

Paulo Veiga

Em 14 de março de 1990, um grupo de cabo-verdianos teve a coragem de exigir liberdade num país que ainda não a conhecia plenamente. Não pediram permissão. Não esperaram que o momento fosse perfeito. Acreditaram que Cabo Verde merecia mais, e foram buscar esse mais com as mãos, com a voz e com a convicção. Pouco depois, em 1991, esse gesto consagrou-se nas primeiras eleições livres do país.

Trinta e seis anos depois, o MpD encontra-se num momento semelhante. Não de fundação, mas de transformação e de união. Um momento em que a pergunta não é “o que fomos?”, mas “o que queremos ser?”.

O país que Cabo Verde pode ser, a Singapura do Atlântico, o Farol que orienta uma região, a democracia de referência que inspira um continente, ainda está por construir. E o MpD, refundado e renovado, tem a obrigação histórica de ser parte dessa construção.

Um farol não pede que o admirem. Um farol trabalha. Ilumina. Orienta. Em silêncio, com constância, com propósito. É isso que proponho para o MpD, e é isso que proponho para Cabo Verde.

Mas, antes de ser um Farol para o Atlântico, o MpD tem de voltar a ser um farol para os seus próprios militantes. A democracia interna que esta moção propõe não é uma concessão tática, é uma convicção fundadora. Esta candidatura começou por respeitar os militantes ao apresentar-se a sufrágio, e esse gesto não é um pormenor de processo: é a prova de que aquilo que se propõe para o partido já se pratica, neste momento, com esta moção.

O país é maior do que qualquer partido. Sempre foi. A nossa Visão deve estar sempre à altura do país, nunca abaixo dele.

Peço o vosso voto, peço a vossa confiança, e comprometo-me a honrá-los todos os dias, com a Visão clara de quem sabe para onde vai, e com a humildade de quem sabe que nenhum caminho se faz sozinho.

Paulo Veiga

Candidato à Presidência do MpD • Maio de 2026